

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.294 - RS (2019/0129302-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : RÉGIS BIGOLIN - RS059575
CAMILA TICIANE ROSA MENDES - RS057166
IGOR HAMILTON MENDES - RS061815
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
AGRAVADO : JOSE LUIZ DIAS
AGRAVADO : ADEMIR DA SILVA CORREA
AGRAVADO : OSVALDO NAGEL TRESCHER
AGRAVADO : ANTÔNIO EDSON FIDÉLIS RAUPP
AGRAVADO : EDVARD CARDOSO ANASTACIO
AGRAVADO : ERALDO DE SOUZA
AGRAVADO : NEUSA TREVISOL GHELERE
ADVOGADO : GUSTAVO CAMMARANO COIMBRA - RS047895

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de cobrança.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

Agravo em recurso especial interposto em: 23/03/2019.

Concluso ao gabinete em: 23/09/2019.

Ação: de cobrança, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por JOSÉ LUIZ DIAS e OUTROS em face da agravante, na qual alegam, em síntese, serem aposentados do Banco do Brasil S/A. Afirmam que não alcançam aos inativos diversas vantagens previstas em acordos coletivos da categoria, notadamente o auxílio cesta-alimentação.

Decisão interlocutória: afastou a incidência dos juros moratórios sobre o valor a ser ressarcido, conforme consta nos autos do pedido de cumprimento de sentença.

Acórdão: negou provimento ao recurso interposto pela agravante, consoante a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS EM RAZÃO DE PROVIMENTO JUDICIAL POSTERIORMENTE REVOGADO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. CÁLCULO NÃO HOMOLOGADO, INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO. JUROS MORATÓRIOS. INAPLICABILIDADE.

1. Compulsando os autos, denota-se que o valor devido não foi aquilatado por esta Corte. Anteriormente, a parte recorrente interpôs o agravo de instrumento, tombado sob o n. 70067306365, no qual se insurgia contra decisão que indeferiu o pedido de devolução dos valores pagos em sede de antecipação de tutela.

2. Analisando o julgado, é possível concluir que em momento algum foi apreciada a questão relativa aos valores devidos, sequer adentrando no dever do pagamento de juros moratórios. O acórdão limitou-se a analisar o dever da sucumbente ressarcir os valores percebidos em sede de antecipação de tutela e a metodologia em que esta possível devolução ocorreria.

3. Ademais, impende destacar que os juros moratórios só incidem quando restar irremediavelmente preclusa a decisão que confirmar a obrigação da parte agravante, autora da ação julgada improcedente, de restituir os valores recebidos em sede de tutela antecipada ou execução provisória, momento no qual a parte devedora restará constituída em mora, consoante o artigo 397 do Código Civil, o que inocorreu até o presente momento. Negado provimento ao agravo de instrumento.

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 520 e 1.022 do CPC/15, 394 e 396 do CC. Sustenta que: a) "a mora se caracteriza quando do trânsito em julgado da decisão que julgou improcedente a pretensão"; e b) "ocorre que, ao afastar a incidência dos juros, a r. decisão não garante trânsito a referidas normas legais, uma vez que afasta a mora que se consolida quando do trânsito em julgado da decisão que julgou improcedente a pretensão".

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 520 do CPC/15, 394 e 396 do CC, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/RS acerca do disposto no art. 397 do CC, razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

Superior Tribunal de Justiça

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise de preclusão, quanto à configuração da mora, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora